

Não é pecado claudicar: como a psicanálise se articula à política

It is no sin to limp: how psychoanalysis articulates to politics

No es pecado renquear: cómo se articula el psicoanálisis con política

Boiter n'est pas un péché : comment la psychanalyse s'articule avec la politique

ANGELA CRISTINA DA SILVA

Por meio de uma pesquisa bibliográfica, o objetivo deste trabalho é produzir elaborações sobre o fazer do psicanalista que se depara com a contradição evidenciada pela concepção de sujeito da psicanálise e a delimitação de um saber balizado por ideais, presentes no campo da política. Tal perspectiva remete à divisibilidade do sujeito psicanalítico, situada em Freud pela da teoria do inconsciente e acrescentada por Lacan a partir da definição do termo *bévue*, a partir do qual questionamos o campo da política que se dirige a atuações que se deparam sempre com um resto, que Lacan chama de tropeço. Concluímos que com a ampliação do inconsciente a partir da dimensão de *bévue*, Lacan reestrutura esse conceito, tornando essencial voltarmos-nos à sua teoria para pensar a problemática da relação entre sujeito e política.

Palavras-chave: Psicanálise. Identificação. Sujeito. Sintoma social.

Introdução

Em seu texto *A política*, Aristóteles (2011) concebe a Cidade como uma multidão de cidadãos cuja unidade visa a um Bem. Ela nasceria da necessidade humana de sobrevivência que se desdobraria no objetivo de uma vida feliz. O filósofo define o humano como animal político, cuja natureza é social. Mas mesmo sob essa condição pretensamente natural, a sociedade precisaria de garantias para seu funcionamento. Daí a política configuraria o meio com que o Estado garantiria a reciprocidade necessária entre sociedade e cidadãos, garantindo sua conservação. Por isso, a política seria a mais elevada das artes e das ciências e, indivíduo e Estado compartilhariam do mesmo ideal, que busca a felicidade no Bem e no Belo, a partir da razão.

No *Seminário 7 – A ética da psicanálise* (1960[1959]/1988), Lacan argumenta que em sua prática o psicanalista rompe com ideais cuja ênfase é a razão. Na perspectiva aristotélica de ética, o prazer seria coadjuvante e a ação – fruto da razão e garantidora do Bem – é quem protagoniza. Toda ética elege um Bem que define seu *ethos*, isto é, a maneira como as pessoas agem na vida. Por isso é essencial que as perspectivas éticas sejam compartilhadas culturalmente e porque, em comunidade, vivemos de acordo com lógicas identitárias que, segundo Lacan (1960[1959]/1988, p. 33), oferecem uma possibilidade de convergência “[...] em que uma ordem particular se unifica num conhecimento mais universal, em que a ética desemboca numa política e, mais além, numa imitação da ordem cósmica. Macrocosmo e microcosmo estão supostos no princípio de toda a meditação aristotélica” (LACAN, 1960[1959]/1988, p. 33). A conclusão lacaniana é que, sob a perspectiva aristotélica, o *ethos* converge particular e universal, o macro e microcosmo.

Nesse seminário, Lacan cita Saint Just, pensador do século XVIII que afirmava que a felicidade era um fator da política, ideia contida em Aristóteles desde a antiguidade. Mas a ética da psicanálise, trava com a política uma relação que não pode ser sintetizada na noção de eficácia e nem da universalidade de um Bem. Embora ela não negue o quão essencial é a noção de uma universalidade que sirva de parâmetro para as ações do Estado, parte do princípio de que o universal sintetiza um ideal. A depender da maneira como a gestão lida com esse ideal, ele pode obliterar o sujeito da condição que é própria à ética da psicanálise: a cisão. Condição aqui não diz respeito a um estado, mas àquilo que condiciona. E, desde Freud, a cisão é o que funda e estrutura seu objeto de investigação: o inconsciente. É a partir dessa condição que o psicanalista operacionaliza e direciona seu

fazer. Governar, educar e psicanalisar configuram fazeres impossíveis (FREUD, 1925/2011, p. 347-348; FREUD, 1937/2018, p. 319) praticados todos os dias, que se sustentam sobre bases discursivas que se diferenciam pelo lugar que atribuem, conforme ensina Lacan no *Seminário 17 – O Avesso da psicanálise* (1970[1969]/1992), ao significante mestre (S1), ao saber (S2), ao sujeito (\$) e ao gozo (*a*).

Essa noção nos permite extrair as consequências do enunciado freudiano que aproxima psicanálise e política como fazeres impossíveis quanto à certeza de levarem a resultados insatisfatórios. Sabemos que na psicanálise são muitos os sintagmas que se tornam sintomas porque são repetidos à exaustão, sem que se ultrapasse, diz Plon (2002, p. 161), o caráter misterioso que evocam. Lacan (1970[1969]/1992) sugere que o uso de uma citação evidencia a participação em um discurso, ou seja, que leitor e escritor se entendem. Isso, porém, não é o bastante se o lugar predominante for o do saber, próprio do discurso do universitário, em que a fluência nas assertivas avaliza aquele que credita sua função de intérprete na discórdia das línguas exclusivamente à confusão entre os próprios psicanalistas. Para não incorrer o risco de ficarmos siderados no peso da conhecida asserção freudiana, sugerimos aqui que, seguindo o método de pesquisa em psicanálise, nos detenhamos sobre o efeito dos significantes que tocam diretamente nosso objeto de investigação. Assim, a chave que utilizaremos para abrir a fala de Freud e permitir que a cadeia significante opere e produza afeitos está na palavra “resultados”: a que modo de relação com a verdade estes resultados respondem? Partindo dessa pergunta, o objetivo desse artigo é avançar sobre as elaborações de três temas: identificação, sujeito e sintoma. Este delineamento será realizado sobretudo a partir da análise que terá como eixos centrais as elaborações contidas no *Seminário 24 – L’insu que sait de l’une bévue s’aile à mourre* (1977/1976), no *Seminário 23 – O sintoma* (1976/1975), no texto *A terceira* (1974/2002).

A heresia psicanalítica no reino das identificações

Em sua prática, o psicanalista – atuando, pesquisando e produzindo conhecimento na pólis – depara-se com uma contradição evidenciada pela forma como a psicanálise toma o sujeito, relativa à sua verdade, e a delimitação de um saber que se encontra balizado por padrões desenvolvidos para atingir resultados diversos (leia-se: educar, governar, tratar, curar, vacinar, proteger, julgar etc.), perspectiva central diante de manifestações que contrariam as expectativas sociais. É a partir do paradoxo sobre os

desafios e limites que se apresentam nessa barulhenta interlocução entre cidadão e sujeito que se pretende interrogar. Uma pista para se pensar sobre a dificuldade de convergir estas dimensões a encontramos em Freud, em sua correspondência com Oskar Pfister:

Ora, essas coisas psicanalíticas só são compreensíveis se forem relativamente completas e detalhadas [...]. Disso resulta que a discrição é incompatível com uma boa exposição sobre a psicanálise. É preciso ser sem escrúpulos, expor-se, trair-se, comportar-se como o artista que compra tintas com o dinheiro da casa e queima os móveis para que o modelo não sinta frio. Sem alguma destas ações criminosas, não se pode fazer nada direito. (FREUD apud MEZAN, 1991, p. 7).

Gostamos de pensar a expressão freudiana – coisas psicanalíticas – em paralelo com *das Ding*, conceito que Lacan chama de Coisa freudiana, ao afirmar que “[...] a lei moral se articula com a visada do real como tal, do real na medida em que ele pode ser a garantia da Coisa” (LACAN, 1960[1959]/1988, p. 97). Nesta assertiva ele situa o real como garantia da Coisa, remetendo ao inassimilável e ao inalcançável, o que remete à divisibilidade do sujeito psicanalítico, situado desde Freud pela conceituação de inconsciente, mas acrescentada por Lacan a partir do termo *bévue*, apresentado como uma ampliação do inconsciente freudiano.

A inacessibilidade da Coisa é retomada ainda pela dimensão de *sinthoma* no *Seminário 24* (1977/1976), cujas articulações sobre o fim de análise afirmam passar longe do caminho das identificações, muito utilizado para se pensar a prática pública. Tomamos as elaborações de Freud em *Psicologia das massas e análise do eu* (1921/2011), quando afirma que a identificação é “[...] a mais antiga manifestação de uma ligação afetiva a uma outra pessoa. Ela desempenha um determinado papel na pré-história do complexo de Édipo” (FREUD, 1921/2011, p. 60). Na situação edípica, a ambivalência evidencia-se no modo como se investe o objeto sexual: a identificação com o pai, em que ele é o que a criança gostaria de ser; ou a escolha objetal, isto é, quem a criança gostaria de ter. O investimento libidinal pode recair sobre o objeto ou sobre o Eu. No primeiro, ocorre a identificação, que inclina o sujeito em fazer que seu Eu se espelhe no modelo: “[...] suspeitamos que a ligação recíproca dos indivíduos da massa é da natureza dessa identificação através de algo afetivo importante em comum, e podemos conjecturar que esse algo em comum esteja no tipo de ligação com o líder” (FREUD, 1921/2011, p. 65).

A importância da discussão acerca da identificação é evidenciada em *Introdução ao narcisismo* (1914/2010), em que Freud pontua duas instâncias que indicam que o sujeito “[...] erigiu um *ideal* dentro de si, pelo qual mede seu Eu atual [...]” (FREUD, 1914/2010, p. 40). À medida que tal ideal se erige, aumentam as exigências sobre o eu, restando duas vias possíveis, recalque e sublimação. Para Freud, a formação deste ideal torna-se condição para o recalque.

Para Freud (1914/2010), as ideias relativas ao ideal do Eu representam caminho importante para a compreensão da psicologia da massa, pois dimensionam o papel da economia libidinal sobre o desenvolvimento individual e o coletivo. Na identificação, o eu [...] está empobrecido, entregou-se ao objeto, colocou-o no lugar de seu mais importante componente” (FREUD, 1921/2011, p. 73). Quando a massa se caracteriza pela subserviência ao líder, “[...] uma quantidade de indivíduos que puseram um único objeto no lugar de seu ideal do Eu e, em consequência, identificam-se uns com os outros em seu Eu” (FREUD, 1921/2011, p. 76). Sua hipótese é de que as relações de amor constituem a essência da alma coletiva, evidenciando-se a prevalência da sugestão. Essa consideração é um elemento marcante à vida coletiva: a segregação. A ideia de que os membros da massa se unem e que as características individuais são anuladas por amor a eles é inquietante. A conclusão freudiana é que, do mesmo modo que aqueles com os quais o sujeito se identifica merecem amor, aqueles nos quais essa identificação não opera precisam ser destruídos. Essa destruição pode ser simbólica ou literal.

Este é um ponto marcante às especificidades da psicanálise frente à articulação do Bem comum, assumida pela política, por meio do poder atribuído ao Estado quando se volta aos mais variados desajustes que entravam a vida em sociedade. A psicanálise oferta algo diante do desajustamento? Do ponto de vista de uma trajetória de análise, pensar sobre o que fazer com o desajustamento nos aproxima da concepção lacaniana de fim de análise, quando o autor afirma que saber fazer (*savoir faire*) é diferente de “saber se virar” (*savoir y faire*), que quer dizer desembaraçar-se:

Trata-se de situar o que o sintoma tem a ver com o real, o real do inconsciente, se o inconsciente for real. Como saber se o inconsciente é real ou imaginário? É efetivamente a questão. Ele participa de um equívoco entre os dois. Por conseguinte, é nisso que, graças a Freud, estamos engajados, e engajados a título de sintoma. (LACAN, 1976[1975]a/2003, p. 98).

Lacan (1975[1976]/2003) apresenta desde o título deste seminário a não conformação a um sentido que o real apresenta. O título trata de uma homofonia, ou uma ambiguidade fonética, sobre a qual ele tratou no seminário anterior, em que busca em Joyce sua inspiração para tratar disso que chama de um equívoco, ou de um tropeço:

Mas é fato que Joyce faz uma escolha e, nisso, como eu, é um herético. Pois *haeresis* é realmente o que especifica o herético. É preciso escolher a via por onde tomar a verdade. Ainda mais porque a escolha, uma vez feita, não impede ninguém de submetê-la à confirmação, ou seja, de ser herético de uma boa maneira. A boa maneira é aquela que, por ter reconhecido a natureza do *sinthoma*, não se priva de usar isso logicamente, isto é, de usar isso até atingir seu real, até se fartar (LACAN, 1976[1975]a/2003, p. 16).

A definição de Lacan à palavra *herege*, aproxima-se à de Freud quando ele fala sobre ser sem escrúpulos, se expor, trair-se. Ambos tratam de dimensões similares no que diz respeito ao nível de abstrações necessárias para se aproximar do *sinthoma*. É interessante notar que, além desta concepção de Coisa como circunscrita e não assimilável, Freud usa a expressão “fazer direito”. Expressão que evoca a articulação de Lacan quanto ao “*y faire*”, no tocante à possibilidade de desembaraço que ele evoca, ou seja, de saber lidar com o *sinthoma*. A perspectiva *herege* apontada por Lacan permite pensar na psicanálise não como uma escolha, mas como um posicionamento assumido a partir de uma experiência, e também possibilita a aproximação com o tropeço ao qual Lacan se refere e que busca apresentar através da topologia, cujos desdobramentos ajudarão a articular a relação entre o cidadão e o sujeito da psicanálise, buscando as contradições, limites e possibilidades que se apresentariam neste diálogo.

Sintoma social e sintoma do sujeito

Na perspectiva freudiana, daquele tocado e estruturado psiquicamente pela castração, advém o sujeito psicanalítico. Mas essa concepção se distancia das vicissitudes do que se espera de um cidadão. Para tratar sobre esse hiato, nos debruçaremos nesse tópico sobre a dimensão do sintoma. Ora, Lacan (1960[1959]/1988) afirma que quando alguém procura um analista, procura alguém que tenha algo próximo de uma felicidade. Se a felicidade é uma dimensão da política e a vida em sociedade se apresenta com desafios a serem sanados pelo Estado, existem condições que o psicanalista chamaria de

condições de sujeito que se apresentam socialmente como necessitando de ajustes, de conserto, de cura, de soluções. Em síntese: podemos chamar um sintoma individual de sintoma social? Tal dualidade no que concerne ao sintoma torna-se eixo central da temática proposta, dualidade que vemos presente tanto na obra de Freud quanto na de Lacan quando se voltam para o que o primeiro definiu como sendo inconsciente e as elaborações do segundo quanto aos ideais identificatórios, fundamental quando tratamos de sujeitos cujo enlace com a sociedade denuncia a contrariedade entre as exigências do campo político e a verdade do sujeito. Considerando que o exercício da política emana da convivência em sociedade, emprestaremos de Freud uma reflexão sobre as perspectivas éticas e a maneira como se organiza e estrutura a sociedade:

Em todos os tempos as pessoas deram enorme valor à essa ética, como se dela esperassem realizações de particular importância. De fato a ética se dedica ao ponto facilmente reconhecido como o mais frágil de toda a cultura. Ela há de ser vista, então, como tentativa terapêutica, como esforço de atingir, por um mandamento do Super-eu, o que antes não se atingiu com outro labor cultural. Já sabemos que aqui se coloca o problema de como afastar o maior obstáculo à cultura, o pendor constitucional dos homens à agressão mútua (FREUD, 1930[1929]/2010, p. 117).

Freud situa a propensão à violência que tornou necessária a organização que a cultura encerra pelo viés da ética do bem comum. Em *A psicanálise verdadeira e a falsa* (1958[1957]/2003), Lacan reconhece o sujeito enquanto vítima de uma razão que também o condena e que não se preocupa com esta subordinação, até que ela influencie suas necessidades, por exemplo, através do sofrimento neurótico, sofrimento que se instala a partir de uma lei, a lei do recalque. A preocupação com a subordinação aparece na particularidade do sujeito. O sintoma social remeteria a um tipo de insubordinação a uma lei. Essa dívida da qual pagamos apenas os juros, é situada em *A Terceira* (1974/2002):

[...] é do mal-estar que Freud nota em algum lugar, do mal-estar na civilização, que procede toda nossa experiência. O que há de impressionante é o que o corpo, para esse mal-estar, contribui de um modo que sabemos muito bem animar [...] os animais do nosso medo. [...] De que temos medo? De nosso corpo. É o que manifesta esse fenômeno curioso [...] e que denominei angústia. A angústia é justamente alguma coisa que se situa alhures em nosso corpo. É o

sentimento que surge dessa suspeita que nos vem de nos reduzirmos ao nosso corpo (LACAN, 1974/2002, p. 13).

Ao situar a angústia como um mal-estar presente no corpo, Lacan aproxima-se da perspectiva sintomática pela via do sujeito. No texto *O sujeito enfim em questão* (1966/1998), afirma que não há na psicanálise um sujeito consistente: “[...] o sujeito que qualificamos (significativamente) de paciente, que não é o sujeito estritamente implicado por sua demanda, mas antes o produto que pretenderíamos determinado por ela” (LACAN, 1966/1998, p. 230). Se tomarmos essa divisão sujeito/paciente pela perspectiva política, ela adentrará em identidades infinitas: usuário, dependente, adolescente em conflito com a lei, apenado, enfim. Cada uma delas encontra os ideais identificatórios, situados por Lacan como elementos externos a outro interno, chamado psiquismo. Essa divisibilidade aparece durante todo o *Seminário 24*. Quando o autor situa de um lado um psiquismo e, do outro, os efeitos de elementos identificatórios, reencontra ideias do *Seminário 7*, quando afirma que, apesar das perspectivas de Marx, o homem integral não se apresentou, posição que aparece também em *A Terceira* (1974/2002):

Há apenas um sintoma social: cada indivíduo é realmente um proletário, isto é, não tem nenhum discurso com que fazer laço social, em outras palavras, semblante. Foi ao que Marx remediou, remediou de uma maneira incrível. Dito e feito. O que ele emitiu implica que não há nada a mudar. É bem por isso, aliás, que tudo continua exatamente como antes (LACAN, 1974/2002, p. 06).

O excerto acima situa a psicanálise como passível de existir fora da razão e das questões de necessidade, de modo que a compreensão da psicanálise, através do espaço que oferece à fala, situa o elemento subversivo de tais ideais identificatórios. O Marx inventor do sintoma é o Marx que transforma em teoria a alienação do homem enquanto agente da história por meio da força de trabalho, em relação a qual, existe uma parcela que fica fora do pagamento, a mais-valia. O proletário, mesmo sem o conhecimento teórico marxista, pode se erguer diante da exploração do capitalista. Esta seria a única classe com potencial para mudar o curso da história porque é detentora verdadeira dos meios de produção. Na psicanálise, o sintoma – enquanto uma das manifestações do inconsciente – escapa à censura, emergindo como a verdade na falha do saber.

No marxismo, a consciência de classe é uma verdade que emerge e leva a mudanças. Lacan (1974/2002) questiona se a psicanálise seria um sintoma, que ele define como aquilo que emerge do real e que corremos em dar uma significação, aproximando-nos com isso de uma religião. Lacan (1976[1975]b), em *Conferências e entrevistas nas universidades norte-americanas*, ainda afirma que a psicanálise é uma epidemia, um fato da história capaz de levar à modificação paradigmática. Mas isso não é o mesmo que o sintoma. Ao questionar se a psicanálise seria um sintoma social, a resposta é negativa. Como outros discursos, ela entra no lugar do laço social, mas não se sustenta na ideia imaginária de que através de uma sociedade fundada sobre o discurso psicanalítico, solucionaria a inexistência da relação sexual.

A construção de Lacan sobre o sintoma em *Do sujeito enfim em questão* (1966/1998) aparece como um retorno da verdade, como a falha de um saber (LACAN, 1966/1998, p. 234). Situar o sintoma como verdade é situá-lo a partir da cadeia significante:

Tudo isso certamente não está enlaçado senão por intermédio do imaginário que sempre se engana. Ele sempre se engana, mas é dele que provém o que chamamos de consciência. A consciência está bem longe de ser o saber, pois aquilo que ela se presta é precisamente a falsidade (LACAN, 1976/1977, p. 80).

Tal perspectiva aparece também em *A terceira*:

Talvez a análise nos leve a considerar o mundo como o que ele é: imaginário. Isso só pode ser feito ao se reduzir a função dita de representação, ao colocá-la onde ela está, ou seja, no corpo. [...] O real não é o mundo. Não há nenhuma esperança de se atingir o real pela representação. [...] O real, da mesma maneira, não é universal, o que quer dizer que ele só é todo no sentido estrito de que cada um de seus elementos seja idêntico a si mesmo, mas não podendo se dizer “todos” (LACAN, 1974/2002, p. 05).

Ao situar o impossível de uma universalidade e também o impossível da fala, bem como de se atingir o real pela representação, Lacan nos remete à asserção freudiana, que atrela educar, governar e psicanalisar ao significante “impossível” que aparece como elemento ético da psicanálise. O manejo com os toros demonstra que a relação entre isso

que é externo e interno, ou seja, a um chamado psiquismo, é apenas uma ilusão. Essa ilusão evidencia a carência de um discurso capaz de propiciar o laço social:

Como repartir essas três inversões de toros, homogêneas, portanto, na sua prática, e, além do mais, que mantêm a simetria, se posso dizer, entre um toro e um outro, como reparti-las, como designar de uma maneira homóloga a identificação paterna, a identificação histórica, a identificação e um traço que seja somente o mesmo? (LACAN, 1976/1977, p. 16).

A compreensão da impossibilidade desta divisão cujos efeitos percebemos por via de manifestação do sintoma, nos leva a questionar a dimensão através da qual se constitui o laço social. Tal relação é analisada a partir da teoria dos discursos, responsáveis pela produção do laço social e efeitos que porventura decorram dele. Em *A terceira*, Lacan afirma que não existe discurso capaz de fazer laço social e evidencia o lugar do sintoma enquanto objeção ao desejo do mestre, confirmando que o sintoma social não é oposto ao do sujeito, mas que decorre dele:

“[...] quero dizer que, que era o discurso do mestre que era o discurso menos verdadeiro. O menos verdadeiro, isso quer dizer o mais impossível. [...] Esse discurso é mentiroso e é precisamente nisso que ele toca o real; *Verdrangung* – Freud chamou assim” (LACAN, 1976/1977, p. 45).

Ainda em relação a este discurso, ele segue afirmando em *A terceira* (1974/2002):

O discurso do mestre, por exemplo, seu fim, é que as coisas andem no passo de todo mundo. Pois bem, isso não é de modo algum a mesma coisa que o real, porque o real, justamente, é o que não anda, é uma pedra no meio do caminho, bem mais, é o que não cessa de se repetir para entravar essa marcha (LACAN, 1974/2002, p. 05).

Lacan fala sobre o real ser da ordem daquilo que entrava a marcha. De modo similar, fala sobre tropeçar, tropeçar presente e insistente na cadeia significante:

O amor que eu escrevi [...] em meu título desse ano: *L'insu que sait...* – o quê? – de *l'une bevue*, não há nada mais difícil de pegar do que esse traço de *l'une bévue*. Este *bévue* é pelo que eu traduzo o *Unbewust*, quer dizer, o inconsciente. Em alemão isso quer dizer inconsciente, mas

traduzido por l'une bévue, isso quer dizer uma coisa toda outra, isso quer dizer um tropeço, uma vacilação, um deslizamento de palavra a palavra [...]. Bévue é bem o único sentido que nos resta para essa consciência. A consciência não tem outro suporte que permitir um equívoco (bévue) (LACAN, 1976/1977, p. 136).

Por conta de um tropeço próprio à cadeia discursiva ela se alia ao amor à verdade e situa a psicanálise como explicitação do desejo, afastando-se de qualquer tentativa de padronização pelos ideais do bem comum. Ao situar o *bévue*, Lacan reestrutura a noção de inconsciente freudiano, tornando indiscutível que nos voltemos à sua teoria para pensar a relação entre sujeito e política.

O inconsciente é a política

A discussão empreendida até aqui nos permite pensar a afirmação de Lacan, em O Seminário 14, *A lógica do fantasma*, quando afirma “não digo mesmo ‘política é o inconsciente’, mas simplesmente ‘o inconsciente é a política’” (LACAN, 1967[1966]/2008, p. 350). Chistes, sonhos, atos-falhos e sintomas são formas através das quais reconhecemos o inconsciente e, através delas, escapamos à sideração que a ideia de que o inconsciente é a política produz. Com exceção do chiste, as outras três experiências entravam a marcha da consciência, fazendo o indivíduo *tropeçar*, indicando que ele claudica, deixando-o desnorreado. Já o chiste produz prazer, não é um tropeço, mas é quem passa a perna na censura e ri por ela ter caído no ludíbrio. Trata-se de uma manifestação cuja origem não remete à lógica do pensamento consciente.

Os desdobramentos da asserção nos aproximam de questões que tocam a dimensão do discurso do Outro que, ao incidir sobre o sujeito, instaura uma lógica que é a da identificação. Lacan (1967[1966]/2008) não afirma simplesmente “o inconsciente é a política”. Essa construção resulta de um encadeamento que enriquece seu sentido. A “política da verdade” (LACAN, 1967[1969]/2008, p. 308-309) é o ponto de convergência entre os marxistas, para quem é irredutível a consciência proletária e seu desdobramento: a revolução. Mas, para Lacan (*idem*), a força de Marx remete a um campo metafórico, um “mercado da verdade”, cuja moeda de troca é o gozo. Na busca pela verdade, Marx aproxima-se desse ponto em que se sustenta o gozo, evidenciando o que depois é confirmado por outro campo: “a verdade [...], nessa troca que se transmite por uma palavra cujo horizonte nos é dado pela experiência analítica, não é em si mesma objeto

de troca” (*ibidem*). Marx cria uma classe excluída do lucro capitalista, mas demarca um gozo inerente:

Trata-se de convencer algumas pessoas que elas estão erradas em não querer ser admitidas às benfeitorias do capitalismo. Elas preferem ser rejeitadas! [...] se Freud escreveu em algum lugar que “a anatomia é destino”, há aí talvez um momento em que, quando se voltar a uma sã percepção do que Freud nos descobriu, se dirá não digo mesmo “a política é o inconsciente”, mas simplesmente, *o inconsciente é a política!* (LACAN, 1967[1966]/2008, p. 350)

Este excerto e a elaboração sobre política e mercado da verdade têm entre si um mês de intervalo, mas um é continuidade do outro. Primeiro Lacan aborda a invenção de Marx – o proletário consciente; depois, afirma que, no capitalismo, não há de fato uma exclusão; finalmente, diz que a descoberta freudiana indica que o inconsciente é a política. Lacan afirma que o ponto em que se sustenta o gozo é descoberto por Marx, mas evidenciado pela psicanálise. Trata-se da noção de sintoma, que também aparece em *Do sujeito enfim em questão* (1966/1998):

É difícil não ver introduzida desde antes da psicanálise uma dimensão que poderíamos dizer do sintoma, que se articula por representar o retorno da verdade como tal na falha de um saber. [...] uma manifestação concreta a ser ‘cl clinicamente’ apreciada onde se revela, não uma falha de representação, uma verdade de uma referência diferente daquilo, representação ou não, pelo qual ela vem perturbar a boa ordem. (LACAN, 1966/1998, p. 234-235)

Um sintoma representa o retorno da verdade como tal na falha do saber. Enquanto falha, ele faz tropeçar, o que apontamos ao abordar as manifestações do inconsciente. Mas Lacan (1967[1966]/2008) sugere que nos voltemos à Freud (1912/2013), que afirma que a pulsão sexual não se destina à plena satisfação devido à duplicidade da escolha objetual, essencial barreira ao incesto. Através do recalque, o objeto original do desejo é perdido, inaugurando-se a cadeia infinita de objetos que jamais satisfarão plenamente. Além disso, a organização cultural barra formas parciais de satisfação, sobretudo aquelas atreladas à coprofilia e ao sadismo:

[...] *inter urinas et faeces* – permanece o fator determinante e imutável. Pode-se dizer, modificando uma conhecida frase de Napoleão, que

“Anatomia é destino”. Os genitais mesmos não acompanharam o desenvolvimento das formas do corpo humano em direção à beleza, continuaram animais, e também o amor permaneceu, no fundo, tão animal como sempre foi. [...] De modo que deveríamos talvez nos habituar à ideia de que uma conciliação das exigências do instinto sexual com os reclamos da cultura não é possível, de que não podem ser evitados a renúncia e o sofrimento, assim como, num futuro remoto, o perigo de extinção da espécie humana, em consequência de sua evolução cultural. (FREUD, 1912/2013, p. 362-363)

Na controversa frase freudiana, ele salienta que a sexualidade é vivida em relação à anatomia de um corpo inteiramente erogenizado. Este corpo é fundado pelo outro concomitantemente à cadeia significativa, a tal ponto que as relações humanas são inteiramente atreladas à posição que, diante do outro, se assume com o real do próprio sexo. Em sua evolução, a sexualidade segue colada às funções excretórias e sádicas e, embora a afirmação não seja lisonjeira, nasce entre urinas e fezes. A fundação subjetiva tem um núcleo utópico, *das Ding*, ímã poderoso que nos leva, volta e meia, a chafurdar – com o perdão ao nosso francês – na merda. No paralelo entre “a anatomia é destino” e “o inconsciente é a política”, de forma sã, voltamos ao que Freud descobriu: a verdade que o inconsciente abarca e que nos afasta do recurso à boa alma e à boa ordem:

Ler em Freud que há no psiquismo funções dessexualizadas, [...] que é necessário buscar o sexo em sua origem. Isso não quer dizer que exista o que se chama [...] por necessidades políticas, a famosa “esfera não conflituosa”, por exemplo: um ego mais ou menos forte, mais ou menos autônomo, que poderia ter uma apreensão mais ou menos ascética da realidade. Dizer que das relações com a verdade (digo, a verdade) que o ato sexual não interessa, isto é propriamente o que não é verdadeiro (LACAN, 1967[1966]/2008, p. 358)

A anatomia como destino remete-se a uma origem da qual não escapamos. Por mais que seja politicamente interessante a ênfase não-conflituosa, que atenderia às expectativas da universalidade, diante da qual um ego mais ou menos forte e autônomo é essencial, é com a sua falha, sintomática, que nos haveremos de deparar se nosso objetivo for conduzir o indivíduo a uma realidade mais ou menos ascética. Com isso, dizemos que é a partir do próprio campo da psicanálise que se originam as questões acerca de sua prática em relação às questões sociais que permeiam o tempo e o espaço em que ela se dá, conforma afirma Lacan:

Não vejo como se possa dar um sentido ao inconsciente que não seja o de situá-lo nesse Outro, portador de significantes, que puxa os cordéis daquilo que é chamado imprudentemente, porque é aí que se levanta a questão do que é o sujeito a partir do momento em que dependente tão inteiramente do Outro. (LACAN, 1977[1976], p.06/07).

Isto é, por meio dos aparatos sociais, a política atua buscando atingir o destoante, o portador de um sintoma social. A discussão empreendida aqui nos fez notar que o sintoma social decorre do sintoma do sujeito. A psicanálise compreende que há algo para além do princípio do prazer, estruturado pela dimensão de gozo, que nos aproxima um pouco de certa dimensão do real. A diferença entre prazer e gozo fica evidente nas medidas pelas quais são tomados os sujeitos que aparecem como denunciadores de um sintoma social: “[...] se trata é de dar conta da existência nessa multidão de alguma coisa que se qualifica ‘eu’. O que poderia ser esse eu (moi)?” (LACAN, 1977[1976], p. 10). Essa pergunta evidencia uma preocupação com a questão de para que serve uma análise ou qual seria sua especificidade diante do sintoma:

[...] ensinamos o analisante a emendar, a fazer emenda entre seu sintoma e o real parasita do gozo. O que é característico de nossa operação, tornar esse gozo possível, é a mesma coisa que o que escreverei como *gouço-sentido [jouins-sens]*. É a mesma coisa que ouvir um sentido (LACAN, 1976[1975]a/2007, p. 70/71).

No que diz respeito a esta emenda, capaz de fazer com que o sofrimento do sujeito se torne tolerável, Lacan se questiona sobre os efeitos da psicanálise:

Será que a psicanálise opera [...] pelo que se chama um efeito de sugestão? Para que o efeito de sugestão se dê supõe-se que [...] a linguagem se atenha a isso que se chama o homem. [...] Mas por outro lado há uma hiância; que isso se atenha ao homem supõe que [...] nós saberíamos suficientemente o que é o homem. Tudo o que sabemos do homem é...é que ele tem uma estrutura, mas essa estrutura não nos é fácil dizê-la. A psicanálise emitiu sobre esse sujeito alguns balbucios, a saber que o homem tende para o seu prazer, o que tem um sentido bem claro; o que a psicanálise chama de prazer é padecer, sofrer o menos possível (LACAN, 1976/1977, p. 142/143).

Conclui-se, desse modo que a virada entre sintoma e *sinthoma* perpassa a questão do sofrimento. Quanto a este sofrimento, o ideal do bem comum situado por Lacan (1960[1959]/1988), é imprescindível para discernir que esta relação pautada em ideais não sai de graça: “não há outro bem senão o que pode servir para pagar o preço ao acesso ao desejo” (LACAN, 1960[1959]/1988, p. 385). No entanto, do ponto de vista social, existe uma dificuldade muito grande em tratar das temáticas relativas às fugas aos ideais, de modo a buscar apoio no discurso do mestre, que se contrapõe ao da psicanálise:

O sentido do *sinthoma* não é aquele com o qual nós o alimentamos para a sua proliferação ou extinção, o sentido do *sinthoma* é o real, na medida em que ele se atravessa aí para impedir que as coisas andem, no sentido de elas dão conta de si mesmas de maneira satisfatória ao menos para o mestre, o que não quer dizer que o escravo sofra com isso de alguma maneira, longe disso; ele, o escravo, está numa boa, muito mais do que crê, é ele que goza [...] (LACAN, 1975[1976]/2007, p. 06).

Retorna-se, portanto, à possibilidade de nos interrogarmos acerca do laço social e como poderíamos, pela psicanálise, combater os efeitos perversos de um gozo sempre fragmentado. Pensar a respeito coloca em questão as políticas públicas, vias de ação dos governos, que se dirigem a atuações que não se realizam porque se deparam sempre com um resto que faz parte da verdade do inconsciente. Quando somamos a argumentação de Lacan à afirmação do impossível em Freud, identificamos que as políticas públicas propõem uma resposta a isso que a psicanálise situa: “A intrusão na política só pode ser feita reconhecendo-se que não há discurso – e não apenas o analítico – que não seja do gozo, pelo menos quando dele se espera o trabalho da verdade” (LACAN, 1970[1969]/1992, p. 74). Desse modo, a articulação entre Estado e psicanálise se dá pelo significativo do impossível que, diferente de impotência, opera a partir do ponto vazio para o qual as políticas públicas se dirigem que se evidencia pelos modos de carência dos sujeitos a quem elas se voltam.

Considerações finais

Em contrapartida à tentativa de endireitar a via freudiana, Lacan constrói a perspectiva que situa o discurso analítico como dizendo respeito ao sujeito, efeito de significação e resposta ao real que pode ser encontrado a partir de um “dizer não” ao

universal, uma exceção que implica que a lógica universal não tenha valor de verdade, sujeito suposto em que a função fálica não compareça.

Este não ao universal é o choque que a política enfrenta em suas tentativas de regulação, balizada pela moral dos bens. Pela via da psicanálise, o que caracteriza o sujeito tem a ver com a sua inadequação moral, de modo que o objeto da moral passa a ser tudo aquilo que lhe foge do ordenamento simbólico. A ética da psicanálise é ordenada pelo real que caracteriza um limite à tentativa da imposição moral em dissolver o gozo completamente.

Desse modo, a partir dessa discussão, foi possível vislumbrar a necessidade de se caracterizar o que é próprio ao discurso da psicanálise. Essa caracterização não é importante apenas porque este é um trabalho que se dedica à exploração do encontro entre a psicanálise e o campo da política, pois seria igualmente necessário se estivéssemos aqui tratando de todo tipo de extensão dela, e também ao que se realiza como ato analítico na experiência clínica.

Concluimos com um trecho de *Televisão* (1973b/1993) que ilustra o cerne das ideias aqui esboçadas: “O discurso que digo analítico é o laço social determinado pela prática de uma análise. Ele merece ser elevado à altura dos laços mais fundamentais dentre os que permanecem para nós em atividade” (LACAN, 1973b/1993, p. 31). Assim, a questão entre o esquecimento que um dizer encerra e a verdade que um dito revela, e o recuo do analista ao discurso que condiciona a miséria daqueles para quem sua prática se implica não tem a ver com uma ética definida por um manual de conduta do qual o analista partirá, mas remete ao discurso analítico, cuja posição é elevada para os que exercem a psicanálise, não por escolha, mas por impossibilidade em agir de modo diverso.

Referências

ARISTÓTELES. **A política**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

FREUD, S. (1912). Sobre a mais comum depreciação na vida amorosa (Contribuições à psicologia do amor III). In: **Obras completas – vol. 9**: Observações sobre um caso de neurose obsessiva (“O homem dos ratos”), Uma recordação de infância de

- Leonardo Da Vinci e outros textos (1909-1910). Trad. Paulo César Souza. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- FREUD, S (1914). Introdução ao narcisismo. In: **Obras completas – vol. 12:** Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916). Trad. Paulo César Souza. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- FREUD, S (1921). Psicologia das massas e análise do eu. In: **Obras completas – vol. 15:** Psicologia das massas e análise do eu e outros textos (1920-1925). Trad. Paulo César Souza. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- FREUD, S (1925). Prólogo à Juventude abandonada de August Aichhorn. In: **Obras completas – vol. 16:** O eu e o id, “autobiografia” e outros textos (1923-1925). Trad. Paulo César Souza. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- FREUD, S (1930[1929]). Mal estar na civilização. In: **Obras completas – vol. 18.** O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos (1930-1936). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- FREUD, S (1937). Análise terminável, interminável. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud vol. XXIII.** Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- LACAN, J. (1958[1957]) A psicanálise verdadeira e a falsa, In: **Outros escritos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
- LACAN, J (1960[1959]). **O Seminário, livro 7:** a ética da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.
- LACAN, J (1966). Do sujeito enfim em questão. In: **Escritos.** Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- LACAN, J (1967[1966]). **O Seminário, livro 14:** a lógica do fantasma. Recife: Centro de Estudos Psicanalíticos de Recife, 2008.
- LACAN, J (1970[1969]). **O Seminário, livro 17:** O avesso da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.
- LACAN, J (1973a). O Aturdido. In: **Outros Escritos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- LACAN, J (1973b). Televisão. In: **Outros Escritos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- LACAN, J (1974/2002). Conferência A terceira. **Cadernos Lacan.** Porto Alegre: APPOA, 2002. v. 2
- LACAN, J (1976[1975]a). **O Seminário, livro 23:** o sinthoma. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2007.

- LACAN, J (1976[1975]b). **Conferencias e entrevistas nas universidades norteamericanas**. In Scilicet 6/7, Paris, Seuil, 1976.
- LACAN, J (1977[1976]). **O Seminário, livro 24: L'insu que sait de l'une bévue s'aile à mourre**. Edição Heresia.
- MEZAN, R (1982). **Freud – a conquista do proibido**. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- PLON, M. Da política em O mal-estar ao mal-estar da política. In: LE RIDER, J.; PLON, M.; RAULET, G.; REY-FLAUD, H. **Em torno do Mal-estar na cultura de Freud**. São Paulo: Escuta, 2002.

ABSTRACT

Through bibliographical research, the objective of this work is to produce elaborations on the psychoanalyst's practice that faces the contradiction evidenced by the concept of subject of psychoanalysis and also the delimitation of knowledge marked by ideals present in the field of politics. Such perspective refers to the divisibility of the psychoanalytic subject, located in Freud by the theory of the unconscious and added by Lacan from the definition of the term *bévue*, through which we question the field of politics that addresses actions that are always faced with a rest, which Lacan calls a stumble. It is concluded that with the expansion of the unconscious from the *bévue* dimension, Lacan restructures this concept, making it essential to turn to his theory to think about the set of problems of the relationship between subject and politics.

Keywords: Psychoanalysis. Identification. Subject. Social Symptom.

RESUMEN

A través de investigación bibliográfica, el objetivo es generar elaboraciones acerca del trabajo del psicoanalista que se enfrenta a la contradicción evidenciada por la concepción del sujeto del psicoanálisis y la delimitación de un saber basado por ideales, presente en el campo de la política. Tal perspectiva remite a la divisibilidad del sujeto psicoanalítico, ubicada en Freud por la teoría del inconsciente y añadida por Lacan a partir de la definición del término *bévue*, desde lo cual cuestionamos el campo de la política que se dirige a acciones que siempre se enfrentan con un resto, llamado tropiezo por Lacan. Concluimos que con la ampliación del inconsciente desde la dimensión de *bévue*, Lacan

reestrutura ese concepto, haciéndose imprescindible volver a su teoría para pensar la problemática de la relación entre sujeto y política.

Palabras clave: Psicoanálisis. Identificación. Sujeto. Síntoma social.

RÉSUMÉ

Par une recherche bibliographique, le but de ce travail est de produire des élaborations sur le rôle du psychanalyste qui se heurte à la contradiction mise en évidence par la conception du sujet de la psychanalyse et la délimitation d'un savoir jalonné d'idéaux, présents dans le domaine de la politique. Cette perspective renvoie à la divisibilité du sujet psychanalytique, situé à Freud par la théorie de l'inconscient et ajoutée par Lacan à partir de la définition du terme bévue, D'où nous interrogeons le domaine de la politique qui s'adresse à des actions qui se heurtent toujours à un reste, que Lacan appelle le trébuchement. Nous en concluons qu'avec l'élargissement de l'inconscient à partir de la dimension de bévue, Lacan restructure ce concept, rendant essentiel de se tourner vers sa théorie pour penser la problématique de la relation entre sujet et politique.

Mots clés: Psychanalyse. Identification. Sujet. Symptôme social.

ANGELA CRISTINA DA SILVA

Psicanalista.

Professora Substituta do Departamento de Psicologia da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Paraná).

Doutora em psicanálise pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ.

angelacsilva@gmail.com

Orcid: 0000-0002-2622-7815

Citação:

SILVA, Angela Cristina da. Não é pecado claudicar: como a psicanálise se articula à política. **Psicanálise & Barroco em Revista**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, dez. 2022.

Submetido: 23.03.2022 / Aceito: 06.12.2022

COPYRIGHT

Este é um artigo de livre acesso, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio para propósitos não-comerciais, desde que o autor e a fonte sejam citados / This is an open-access article, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium for non-commercial purposes provided the original authors and sources are credited.

